

CPI - FAKE NEWS - ELEIÇÕES 2018 (2)

24.07.2020

* * *

- Abre a reunião o Sr. Caio França.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - ...só para confirmar presença, deputado Paulo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Presente, Sr. Presidente. É que eu estava cuidando de outro assunto ali.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Claro, registrado. Deputado Sargento Neri.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Presente.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Deputada Monica Seixas.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Presente.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Registrado. Deputada Janaina Paschoal.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Presente, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Deputado Arthur do Val.

O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA - Presente.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Deputado Edmir Chedid.

O SR. EDMIR CHEDID - DEM - Presente, Excelência.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Registrado.

Dando sequência à nossa reunião, eu solicito à secretaria a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Com a palavra o deputado Neri.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Eu solicito que seja suspensa a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - A dispensa, na verdade, está “consensuada”. Portanto, fica lida a Ata da reunião anterior.

Dando sequência, quero agradecer desde já a presença do Sr. Prof. Dr. Pablo Ortellado, que possui graduação em filosofia pela Universidade de São Paulo e doutorado em filosofia pela Universidade de São Paulo. É professor doutor do curso de gestão de políticas públicas e orientador no programa de pós-graduação em estudos culturais da Universidade de São Paulo. Também é coordenador do grupo de pesquisa em políticas públicas para o acesso à informação. Atualmente desenvolve pesquisa sobre privacidade, políticas culturais e movimentos sociais.

Foi aprovado o requerimento de autoria da deputada Monica Seixas, para convite do Dr. Pablo, a quem eu já agradeço a presença e a gentileza de participar conosco desta CPI. A gente tem um prévio acordo, Pablo. Primeiro, bom dia. Em nome de todos os deputados, quero agradecer mais uma vez a gentileza de sua presença. O nosso combinado, como já foi na primeira reunião, não sei se você pôde acompanhar, mas nós temos até 30 minutos, de 20 a 30 minutos, para que o nosso convidado possa fazer a sua explanação.

Na sequência, os deputados farão alguns questionamentos ou intervenções para que o senhor possa responder, na sequência, as perguntas, para ficar mais fácil a compreensão. Os deputados têm cinco minutos para cada questionamento e o senhor tem dez minutos para cada resposta, se for necessário.

Eu vou ter a tarefa chata, indelicada, de, se for preciso, fazer uma intervenção em relação ao tempo, porque nós temos também outro convidado e tenho receio de que isso possa se estender muito.

Não tendo mais nenhuma explicação, quero, mais uma vez, agradecer e já passar a palavra ao Sr. Pablo Ortellado para que ele possa iniciar a sua apresentação.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Pela ordem, presidente. Só para...

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Com a palavra o deputado Neri.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Informar à V. Exa. que a conexão da TV Alesp caiu. Se o senhor puder pedir à parte técnica para tentar restabelecer... Eu não estou vendo e, como é público, só vim informar a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - O deputado Paulo Fiorilo me disse que está ao vivo, mas eu vou pedir novamente para que a assessoria da TV Alesp, da Comunicação, possa restabelecer o sinal em relação à CPI das Fake News e vou pedir ao Sargento Neri que fique atento para, se for o caso, presidir, já que a deputada Maria Lúcia acabou saindo. Vou pedir para que V. Exa. possa ficar atento aqui em relação à Presidência. Eu estou chegando novamente ao escritório para ter mais conexão, mas, se não for o caso, eu vou pedir para que, se eu tiver problema de conexão, o Sargento Neri fique atento aqui.

Passo, então, a palavra para o Sr. Pablo Ortellado pelo tempo pré-estabelecido para que ele possa iniciar a sua apresentação.

O SR. PABLO ORTELLADO - Olá, bom dia! Primeiro, queria agradecer ao deputado que falou comigo. É um prazer poder colaborar com os trabalhos da comissão. Eu pensei, em uma intervenção inicial, em apresentar um pouco o que... Nós temos um laboratório lá na Universidade de São Paulo, um laboratório interdisciplinar. Eu sou professor de Políticas Públicas. Meu colega Márcio Moreira, que dirige o laboratório comigo, é da área de sistema de informação, da área de computação.

A gente tem esse laboratório interdisciplinar, onde a gente monitora o consumo de notícias e, por conta disso tudo, especificamente a polarização política no Brasil, por conta desse nosso objeto de estudo voltado à comunicação de política nas mídias sociais,

o tema de notícias falsas foi inevitável e a gente tem se dedicado a ele nos últimos, acredito, cinco anos mais ou menos.

Então pensei um pouco em fazer essa primeira exposição falando sobre como os estudiosos têm olhado para esse tema. Eu começo falando sobre o tema de notícias falsas, um termo que a gente evita como pode, a gente tenta a todo custo evitar o termo “notícias falsas”, porque ele está muito carregado politicamente e ele não é muito preciso para tentar capturar o tipo de fenômeno que a gente está estudando, que a gente quer entender.

Vocês sabem, o termo “notícias falsas”, nessa acepção contemporânea, nasceu na cobertura jornalística das eleições presidenciais americanas de 2016 e ele nasceu para registrar, designar blogs noticiosos que estavam difundindo boatos. Então é um fenômeno que tem algumas características que não são novas, mentir na política, fazer jornalismo editorializado, nada disso é exatamente novo, mas ele tem algumas características que são bem novas.

A primeira dessas características é o fato de a gente migrar de sites. Antes a gente tinha o formato dos sites de opinião, os blogs. Esse formato novo do site de notícias falsas é diferente, porque ele não é opinativo, ele é noticioso, então ele tem um formato noticioso. Ele vai ter uma manchete, vai ter um lide, que é aquele pequeno resumo que antecede a matéria, vai ter um (Inaudível.), que é uma introdução à matéria, vão ter aspas citando, entrevistando, cita documentos. Ele vai ter o formato de uma matéria noticiosa, mas ele não tem o procedimento noticioso, procedimento jornalístico, da apuração jornalística.

Então, é uma espécie de simulacro de jornalismo, é alguma coisa que aparenta ser jornalismo, mas não tem o procedimento jornalístico por trás dele. Geralmente, o termo “site de notícias falsas” foi utilizado para se referir a esse novo fenômeno de blogs, digamos assim, de notícias que faziam, que apresentavam como se aquelas notícias fossem um produto de um processo de investigação, de apuração jornalística, só que não houve investigação ou apuração jornalística. Normalmente, com o intuito, de uma maneira, assim, maliciosa, para enganar ou para auferir alguma vantagem financeira.

Esse é o formato clássico de 2016, mas depois que o termo pegou, os dois campos em disputa no cenário político americano começaram a acusar um ao outro de fazer notícias falsas, a chamar de fake news.

Também, quem era alvo de notícias dos veículos profissionais, “The Washington Post”, “CNN”, “The New York Times”, começaram a chamar as coberturas que consideravam inapropriadas ou, digamos assim, indevidas, começaram a chamar essa

cobertura de notícias falsas, de fake news, então esse termo ficou muito carregado, ele passou a ser utilizado para designar desde esses blogs até a cobertura dos meios jornalísticos, e todo mundo chamava a cobertura que era incômoda ou indevida - ou que considerava indevida - de notícias falsas.

O termo ficou muito carregado politicamente, se referia a muitas coisas diferentes, mas eu registro essa primeira acepção, para falar desses blogs noticiosos que aparentam fazer jornalismo, mas não estão fazendo. Por que essa designação primeira, apesar das controvérsias que ela levantou, é muito difícil para sinalização, para identificar os sites de notícias falsas?

Principalmente porque a gente não tem acesso a intenção dos agentes. Se a gente define notícias falsas como sites ou matérias que tenham fórmula noticiosa, que a gente pode fazer uma apuração em paralelo, a gente determina que elas são falsas e a gente chama isso de notícias falsas.

A gente pode terminar pegando erro de apuração em jornalístico, por exemplo. Ou seja, um site que é jornalístico, que tem todo um procedimento de apuração jornalística como deve ser feito, no qual o profissional cometa algum erro. Eu não consigo separar esse erro profissional, que acontece em qualquer profissão, desse erro doloso, dessa vontade de enganar.

Então é muito difícil separar, você ter um critério objetivo para separar o joio do trigo. Esse critério também de fazer uma apuração em paralelo, a separar, ele não capturou outro pedaço dos problemas que não são as mentiras. A gente presta muita atenção nas mentiras, mas o que caracteriza o fenômeno não é mentira, muito mais do que mentira, a gente tem distorções, fatos tirados de contexto, especulações apresentadas como fatos.

O que é esse fenômeno quando a gente vê? Pelo menos esse fenômeno inicial, dos anos dos 2015 a 2018, mais ou menos. São sites que apresentam esse formato noticioso. Na verdade, o que eles estão fazendo, é adaptando a agenda jornalística do dia aos discursos políticos que estão em disputa. Isso acontece nos dois lados do espectro político, acontece na esquerda e na direita.

Então eu pego um fato que aconteceu no dia: o presidente que aprovou uma lei, ou aconteceu uma determinada ação policial. Não importa, o fato do dia. E eu adapto esse fato que foi apurado normalmente pelo sistema de jornalismo profissional. No caso brasileiro “Folha”, “Estado”, “Globo”, os portais grandes do tipo “Uol” e “G1”. Normalmente foi apurado por esse sistema de jornalismo profissional, pego essa informação e adapto para a minha perspectiva política, para minha ideologia.

Posso fazer isso com mais ou menos cuidado, posso fazer de maneira a respeitar os fatos, ou posso martelar muito os fatos para adequar à minha perspectiva, à minha ideologia. De maneira a distorcer, a fazer uma manchete apelativa, uma manchete que está em desacordo com o texto, tirar de contexto, incluir especulações que não são de natureza factual e apresentar como se fossem factuais.

Existe toda uma gama da desinformação que está acontecendo. Esse é o fenômeno. Acredito que o fenômeno que a gente viu, na sua origem, é a constituição de um sistema de produção de informação que, basicamente, está ajustando a agenda jornalística do dia, às opiniões.

Tem gente que está fazendo isso com mais cuidados, tem gente que está fazendo isso com menos cuidado. O que nos preocupa efetivamente é quem está fazendo com menos cuidado. Quem está distorcendo, quem está mentindo e quem está apresentando essas distorções, essas mentiras, essas coisas tiradas de contexto, como se fossem fatos, frutos de uma apuração jornalística rigorosa.

Acho que esse é o primeiro fenômeno, que diz respeito a origem desses blogs noticiosos, que a gente costumou chamar de site de notícias falsas. O problema não é exatamente a mentira, o problema é que as vezes está distorcendo fatos, as vezes só interpretando, mas em muitos casos está distorcendo. Em alguns casos está mentindo, para adequar-se às ideologias políticas.

Um outro fato novo, relacionado a isso, é que esse sistema está se difundido por meio de um público muito engajado, muito polarizado politicamente. Nós estamos falando de um percentual da população brasileira que está engajada em interesses políticos muito acima (Inaudível.) aconteceu. Que pega a produção desses sites, que a gente chama de sites partidários ou sites hiper partidários, e dissemina por meio das mídias sociais.

Quando a gente monitora mídias sociais, por exemplo, o Facebook, a maior partes dos links que são compartilhados. Alguma coisa como 85, 90 % de todos os links que são compartilhados no Facebook são links noticiosos, de notícias políticas. Quando a gente pega essas notícias políticas, você irá ver que metade desses links são do sistema de jornalismo profissional.

A gente está falando principalmente desses grandes jornais, portais e as revistas semanais, e a outra metade são esses sites partidários, que tem cuidados e padrões editoriais variados. Que correspondem, mais ou menos, à outra metade de todos os

compartilhamentos do Facebook, a principal mídia social brasileira. Então esse é o primeiro.

Queria falar um pouquinho sobre uma outra coisa. Não é exatamente a mesma coisa desses blogs noticiosos, que são os boatos. Os boatos são um fenômeno novo, isso é um fenômeno antigo. Existe boato político desde sempre, mas eles também têm a particularidade agora e estão se difundindo por meio do compartilhamento nas mídias sociais.

Os boatos são diferentes das notícias falsas nessa acepção, porque eles têm outra forma, eles têm a forma da revelação. Um boato típico tem esse formato: de alguém que teve acesso a uma informação que estava escondida. Essa pessoa está revelando ao mundo essa informação bombástica que estava escondida.

Tem tipicamente a forma... normalmente é um texto apócrifo, circula muito no WhatsApp, que diz assim: “Eu estive conversando, visitei a minha irmã. Minha irmã é casada com um policial federal, e ele me contou que está em curso na Polícia Federal uma operação, uma investigação que visa fulano e beltrano. Que vai mostrar que existe um grande esquema de corrupção no país”.

Então você vê, ela tem um formato de revelação, é alguém que teve acesso a uma verdade muito importante que estava escondida, e está revelando ao mundo, por meio desse testemunho. Esse é o formato boato. É um formato que circula, não é novo, mas a forma de difusão pelas mídias sociais é nova. Está acontecendo bastante, se difunde, sobretudo, no WhatsApp. É um fenômeno muito mais de WhatsApp do que de mídias sociais do tipo Twitter, Facebook ou Youtube.

E tem o terceiro formato, que eu acho que é mais contemporâneo - e é mais presente também no WhatsApp -, que é o formato das exemplificações de discurso. Por exemplo, eu tenho uma determinada tese política que está em disputa no cenário político e começo a ter instancias, exemplificações daquela tese e registro em vídeo.

Por exemplo, existe a tese de que os hospitais estão vazios pelo Brasil. Isso é uma mentira de que os meios de comunicação estão mentindo, não existe gente...não está morrendo ninguém. Então começam a ter os vídeos de testemunho, que vão aos hospitais e mostram, ou de que os caixões de Covid estão vazios, ou que as funerárias compraram caixões esperando muitas mortes e que não tem.

Essa forma são vídeos, digamos assim, de testemunho também, mas elas são uma forma de jornalismo cidadão. No qual uma pessoa vai a um determinado lugar e mostra uma evidência e o conjunto dessas evidências - estamos falando, por exemplo, de

negacionismo de Covid, que é um tema muito frequente, recentemente -, mas a gente consegue monitorar e ver a produção diárias de dezenas dessas peças. Elas são altamente persuasivas porque você vê alguém entrando no hospital e o pronto-socorro vazio; alguém entrando no necrotério, abrindo o caixão e mostrando o caixão vazio; alguém andando no cemitério mostrando as covas vazias.

O conjunto dessas evidências empíricas que são apresentadas por meio desses vídeos de testemunho, essa é a forma mais presente que a gente tem monitorado, visto mais, está acontecendo hoje principalmente no WhatsApp e ela persuade de outra maneira.

Se a gente olhar para as três formas, cada uma alude e se apoia sobre um determinado tipo de persuasão. A notícia falsa clássica, do site de notícias falsas, se apoia na autoridade do jornalismo, na ideia de que um processo rigoroso de apuração está subsidiando aquela informação que a gente está vendo, por isso ela pode (Inaudível.).

A forma boato é o testemunho de alguém que teve acesso a uma verdade que estava escondida e está revelando essa verdade pro mundo, a força dela vem deste testemunho: “eu vi, foi meu cunhado que estava lá na Polícia Federal, eu vi e estou contando para vocês essa verdade chocante”.

A terceira forma que a gente está vendo agora, sobretudo no WhatsApp, persuade pela evidência empírica; são vídeos que vão mostrando de diferentes maneiras, em diferentes lugares, a mesma tese, elas instanciam, exemplificam a mesma tese e a repetição dessas evidências empíricas é altamente persuasiva.

Acho que isso está bom para uma primeira apresentação de como tem... Hoje o problema da desinformação, um termo que muita gente prefere no lugar de notícias falsas, está espalhado pelas três plataformas - Facebook, Twitter, Youtube e na mensageria privada, que é o WhatsApp e o Telegram; sobretudo o WhatsApp, o Telegram tem muito pouco uso - de maneiras diferentes.

Facebook andou tendo medidas mais duras, às vezes até controversas, porque muita gente se sentiu afetada de maneira injusta pelas ações do Facebook; então no Facebook eu acho que hoje, por conta dessas ações que teve no passado, é o problema é menor.

No Twitter é um problema grave que envolve contas falsas, que é um problema crônico desta plataforma.

É um problema muito grande no Youtube, onde as notícias falsas estão muito misturadas com a opinião política; o formato “youtuber” é um formato muito opinativo,

então a gente tem um problema sério de difusão de informações distorcidas e falsas no Youtube.

Mas ela tem ali um caso cinza, porque envolve opinião, não necessariamente tem esse formato noticioso, embora em alguns casos tenha o formato noticioso.

O WhatsApp é o maior problema do Brasil, porque é uma plataforma feita por redes privadas de comunicação, não pode ser monitorada justamente porque não tem rastreabilidade, então a gente não sabe de onde vem os conteúdos, justamente porque ela tem esse manto do sigilo, onde o jogo sujo está mais desenvolvido.

É o nosso principal problema, na minha opinião. Acho que isso funciona como uma apresentação do problema tal como a gente tem visto no nosso laboratório.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Perfeito. Pablo, quero agradecer mais uma vez.

Nós já temos uma lista de inscrições e pela lista o deputado Paulo Fiorilo está inscrito (Inaudível.) deputada Monica.

Vou pedir só para o deputado Paulo permitir que a deputada Monica faça uma saudação como é de praxe, foi a deputada Monica que fez o convite. É possível, deputado Paulo?

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Com a palavra.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Queria sugerir que a deputada começasse então com a arguição dela e em seguida eu faço as minhas.

Não tem nenhum problema, até porque ela já aproveita e faz a saudação. Ok?

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Ok. Então, vou passar a palavra com a concordância do deputado Paulo à deputada Monica Seixas, autora do nosso requerimento para seu convite.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Muito obrigada, Caio. Muito obrigada, Paulo, pela gentileza. Bom dia, Pablo. Muito obrigada por contribuir aqui com a nossa CPI, seja muito bem-vindo.

Eu tenho bastantes dúvidas. Na verdade, a gente já conversou antes, você prontamente se dispôs a me ajudar.

Você foi uma das pessoas que colaborou com o Projeto de lei elaborado no Congresso e no Senado, certo?

O SR. PABLO ORTELLADO - Sim.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Diante disso eu tenho algumas dúvidas e gostaria que você colaborasse com a gente.

Qual é o acúmulo da sua pesquisa hoje sobre a tramitação de boatarias ou notícias não verdadeiras? Eu tenho a sensação - não sei se como vítima, você fique à vontade para falar – que a maior parte tem como objetivo construir ou destruir reputações e ela acontece no submundo da mensageria.

A grande maioria, falando de caso específico, acho que grande parte dos meus colegas começam a receber “hater”, mas não sabem exatamente de onde vem e, de repente, a gente descobre que está rolando no WhatsApp um meme X sobre a gente.

Eu tenho a sensação que grande parte é destruição ou construção de reputação e acontece pela rede de mensageria, não vem diretamente do aberto. Queria perguntar se isso está correto, como é que vocês monitoram a distribuição de boataria, tentando seguir a orientação do senhor sobre conceito? É feito por cidadãos mesmo?

Você disse que tem esse caráter de jornalismo cidadão a grande maioria do que se noticia como fake. É feito por cidadão mesmo ou tem alguma organização ideologizada, robôs, mecanização, uso de recursos, algum planejamento da distribuição?

Vocês já conseguiram chegar, na pesquisa de vocês, sobre a raiz da distribuição da boataria e como ela está acontecendo?

Depois eu queria que o senhor falasse, já que o problema não é a desinformação, porque - em dado momento eu já falei isso muitas vezes aqui nessa CPI - eu concordo que, em certa medida, a desinformação faz parte da sociedade.

Tem gente que acredita - eu sempre uso esse exemplo - piamente no inferno, tem gente que desacredita piamente no existe inferno e tudo bem as nossas vidas giraram em torno dessa crença.

Mas eu quero saber hoje quem é que organiza e se isso tem impacto na democracia ou se isso que está acontecendo é plenamente normal e a gente precisa aprender a conviver, porque hoje o senhor mesmo disse que a maioria das notícias que tramitam nas

mídias sociais abertas - Facebook etc. e tal - são falsas. (Inaudível.) A gente precisa fazer alguma coisa a respeito.

Então é esse o combo de perguntas que eu deixo para o senhor.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Deputada Monica, antes de passar para o Pablo, não sei se ele conseguiu ouvir.

No final, para mim, pelo menos, o som acabou não ajudando. Só o finalzinho, a última pergunta sua. Não sei se para o nosso convidado também.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Conseguiu me ouvir, Pablo? Quer que eu repita?

O SR. PABLO ORTELLADO - Não, eu acho que consegui ouvir.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Ok. Passar para o Pablo então.

O SR. PABLO ORTELLADO - Obrigado, deputada. Primeiro, obrigado pelo convite de vir aqui conversar.

Acho que a gente presta muita atenção nos problemas e é natural que preste atenção nos problemas. Os problemas são mentiras que são apresentadas como verdades, porque isso forma uma opinião sem base, e ataques à reputação, que é uma coisa extremamente danosa.

Acho que os políticos são muito sensíveis a isso porque eles são alvos desses ataques, tal, mas ele chama assim: a natureza de um fenômeno não é fazer mentira. Quando a gente olha para essas máquinas, elas não estão fazendo mentira, apenas mentira. O objetivo delas não é fazer mentira. O objetivo delas, eu diria que é uma máquina de propaganda.

Um livro importante, que saiu nos Estados Unidos, faz um par de anos, Rosenstein, eu acho que a gente está vendo a construção de máquinas de propaganda, que usam de uma cidadania muito engajada politicamente, para difundir essas informações.

Essa é a natureza do fenômeno. Eles estão fazendo essa máquina de propaganda mais, digamos, mais éticas, as menos éticas. Uma estão fazendo pequenas expansões, ou adequar expansões, outras estão fazendo expansões de maneira reiterada, mentiras,

ataques a reputação, e todo tipo de jogo sujo, sobretudo fazendo uso da mensageria privada, que é o nosso maior problema hoje.

Nosso maior problema, a meu ver, se a gente pensar em e-mails, está o WhatsApp em primeiro lugar, e em segundo lugar o YouTube. As outras, o Tweeter tem uma base de usuários pequena. O Facebook foi muito duro no passado, inclusive talvez cometendo algumas injustiças, mas por isso o problema lá é menor.

Então, eu acho que os problemas estão muito concentrados nessas duas plataformas, o WhatsApp e o YouTube.

O WhatsApp é uma ferramenta, cuja natureza do problema de venda é a sua evolução. O Whatspp nasceu para ser uma ferramenta que substitui SMS, que é a troca de mensagens de texto. Ele nasceu porque o SMS, no início, lá nos anos 2.000, ele era caro, ele era tarifado, ele era bem caro.

E o Whatspp fazia isso por meio da rede de wi-fi, então, você conseguia trocar mensagens pela rede de wi-fi, sem ser tarifado, problema do SMS. Ele era o substituto do SMS. Então, ele tinha um formato que é de comunicação interpessoal. Eu falo com meu interlocutor, e é uma comunicação um a um, interativa.

Aos poucos, na sua evolução, nos anos de 2.010, durante todos os anos de 2.010, ele foi adquirindo funcionalidades de massa. Então, eu falo em grupos, eu tenho listas de transmissão, eu tenho reencaminhamentos de mensagens, e essas funcionalidades de massa permitiam fazer que conteúdos que trafegavam nessa comunicação interpessoal ganhassem amplitude.

Com a amplitude, milhões de usuários. A gente sabe isso porque a gente faz pesquisa de opinião, e a gente vê que eles chegam a milhões. Então, a gente consegue falar com alguém (Inaudível.) e a gente sabe que elas nascem no WhatsApp, e por esse processo de reencaminhamento para grupos que reencaminham para grupos, que reencaminham para grupos, ela chega a milhões de pessoas, sem nenhum exagero do uso dos milhões.

Pois bem. Só que quando ela está nesse processo de reencaminhamento de massa, ela passa a ter um comportamento que não é de comunicação interpessoal, não é como um telefone, uma conversa privada. Ela tem comportamento de massa. Ela tem um formato, ela tem origem e ela se dissemina para muitas pessoas, de maneira unilateral, tanto é que você responde uma dessas mensagens que viralizou, ela não é distribuída para a cadeia. Você só responde ali para a pessoa que lhe encaminhou. Então, ela tem o formato de comunicação de massa.

Quando, no entanto, a proteção que era própria para a comunicação interpessoal, sigilo, privacidade, criptografia, foi aplicada à comunicação de massa, a gente passou a ter um problema.

Por quê? Eu posso fazer conteúdos que falam para milhões de pessoas, e eu usar as proteções que são muito apropriadas para a comunicação interpessoal, elas devem existir para a comunicação interpessoal, receberão uma manta de segredo, uma espécie de capa protetora, que impede saber de onde vêm essas informações.

Essa é a natureza do problema do WhatsApp. Não estou nem superinterpretando. O próprio WhatsApp, em várias declarações... A empresa, o Mark Zuckerberg terminou adquirindo... O dono do Facebook terminou adquirindo o WhatsApp e também tem dito isso. Tanto é que o Facebook, que é dono do WhatsApp, tem limitado algumas dessas características de difusão de massa, por exemplo, desabilitando encaminhamentos, primeiro para cinco, agora para um.

Eles estão tentando limitar porque eles sabem que essa combinação de sigilo e comunicação de massa é muito danosa, porque ela permite essas campanhas sujas que chegam a milhões e que se protegem no segredo. Por exemplo, a gente, em muitos casos, quando faz monitoramento de grupos públicos...

O WhatsApp não é monitorável. Ele não é monitorável porque são grupos privados, grupo da minha família, grupos... Ele tem um sistema de proteção e sigilo que não permite que eu monitore e saiba o que está acontecendo ali dentro, porém a gente monitora grupos públicos, grupos que as pessoas publicam convite na internet. Nós, na universidade, e várias outras universidades...

Na UFRJ, na UERJ, na UnB, na UFMG - que tem um grupo grande -, tem vários grupos monitorando esses conteúdos. Então a gente tem uma pista monitorando, sei lá, cem, duzentos. O pessoal da UnB tem mais, mais de mil grupos. Monitorando esses grupos, a gente tem uma pista do que tem, mas a gente não sabe o que está acontecendo no Brasil real.

É como se a gente olhasse em uma fechadura para ver. O que a gente vê? É como se olhasse numa fechadura um estádio de futebol. É uma coisa enorme, e você está vendo só um pedacinho da coisa, mas esse pedacinho que a gente vê é muito ruim. A gente vê conteúdos de péssima qualidade.

No período eleitoral de 2018, a gente fez monitoramento e submeteu a uma verificação. A maioria dos conteúdos que eram verificáveis eram falsos. Então nós

estamos falando, assim, de um meio que está completamente poluído. É um verdadeiro esgoto o WhatsApp.

Claro, tem conteúdos lícitos, a gente conversa com a família, com os amigos, troca opinião. Tem conteúdos legais, memes engraçados, orações, mas tem muita coisa suja. O jogo sujo está acontecendo hoje por meio do WhatsApp, e hoje cada um desses pesquisadores de WhatsApp está sentado em evidências, terabytes de evidências, evidências que se amontoam e que a gente não consegue fazer nada, porque a ferramenta não permite que a gente chegue à origem desses...

Você sabe a última pessoa que enviou, só que você não vai responsabilizar o seu tio, que te enviou de uma maneira sem dolo, ingênua, aquele conteúdo, crendo na veracidade daquele conteúdo, não é? E ele está sendo usado ali justamente porque tem esse manto de segredo.

Foram construídas verdadeiras máquinas de disseminação, de desinformação, e é aí que estão atacando. Do ponto de vista de tipificação, nós estamos falando de crimes contra a honra, de calúnia e difamação de montão. Nós estamos falando de crimes contra a saúde pública de montão, agora de montão. Nós estamos falando de racismo, de crimes contra minorias.

Isso é o que acontece bastante ali, porque você faz ali de uma maneira completamente impune e você chega a milhões de pessoas. Você não consegue fazer isso nas outras plataformas, no Facebook, porque você vai ser punido. Você vai ser identificado e eventualmente punido. Você não consegue fazer pelo menos com tanta, digamos, com tanto alcance e nem também de maneira tão impune, resguardando a autoria e impedindo a responsabilização desses atos. Então no WhatsApp a coisa é...

Isso é espontâneo ou isso é organizado? A sua pergunta, deputada. A verdade é que um pedaço é espontâneo, mas um pedaço tudo indica que é organizado. Por que a gente sabe que é organizado? Porque, por exemplo, a gente vê mudança súbita de agenda. O que é mudança súbita de agenda? Por exemplo, está se falando só de um determinado assunto, e você está recebendo centenas. Do dia para a noite, muda para um assunto B completamente, um ataque a um determinado político.

Então sai daquele tema e muda. Então, desaparecem aquelas centenas de mensagens que você recebia todos os dias. Elas param de vir e passam a vir só sobre um determinado alvo. Isso sugere... se... ou não sei se os conteúdos são feitos de maneira centralizadas ou se eles são reunidos e a distribuição é coordenada. A gente não consegue, porque nós não temos instrumento de monitoramento.

E mesmo, muitas vezes a gente colaborou aí com investigações policiais, Ministério Público, Ministério Público Eleitoral, nunca deu em nada, investigações inclusive dos meios de comunicação. Então, a gente não sabe o que está por trás dessas estruturas. Falando do WhatsApp eu não sei, mas eu tenho vários indícios de que nós estamos falando de grupos organizados. Quando a gente está falando do Facebook, daquela forma primeiro dos sites hiperpartidários, também chamados de sites de notícias falsas, aí a gente está falando também de uma coisa organizada, mas normalmente de pequena escala. Envolve dinheiro, possivelmente envolve dinheiro, porque essas plataformas têm sistema de monetização, mas a gente não está falando de valores muito elevados. Nós estamos falando de valores que são modestos comparados com uma empresa de comunicação, mas que são, muitas vezes, suficientes para manter aquela operação funcionando. Eles estão muito ligados às militâncias políticas.

Então, quando a gente está falando dos sites hiperpartidários, a gente está falando de uma forma de comunicação militante que tem algum tipo de coordenação política e ela tem remuneração por meio das formas de monetização das plataformas. Quando a gente está falando do WhatsApp, a gente está falando de coisas mais incertas que a gente não consegue saber exatamente.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Perfeito.

Vou dar sequência aqui. A gente tem mais quatro inscritos, e depois, se a deputada Monica quiser, deixa a inscrição novamente, a gente vai tentar, dependendo do tempo aqui, o nosso próximo convidado. Lá para meio-dia e meia ela retoma.

Mas vou passar a palavra, então, ao deputado Paulo Fiorilo para que ele possa fazer a sua intervenção.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Quanto tempo eu tenho, presidente?

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - São cinco minutos.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Perfeito. Serei breve.

Primeiro parabéns ao Prof. Pablo, pela exposição. Eu vou tentar ser objetivo, professor. Tenho sete, oito questões, vou tentar ser rápido.

A primeira delas, se o senhor poderia, a partir dessa exposição que o senhor fez dos formatos que o senhor..., dos fenômenos como boato, exemplificação, formato de

exemplificação de discurso, se o senhor poderia dizer qual deles se encaixaria no modelo brasileiro, se vocês têm esse estudo.

A segunda questão, o senhor fala que envolve a monetização, no caso do Face, mas eu queria inverter. Vocês chegaram a pesquisar, por exemplo, o uso de recursos para que o que o senhor chamou dessa parte organizada pudesse funcionar de notícias falsas?

A terceira diz respeito a uma questão que o senhor colocou, que eu vou me antecipar, sei que outros parlamentares o farão, o formato das exemplificações de discurso.

Nós tivemos aqui em São Paulo, depois eu tenho certeza que o deputado Neri vai também poder falar disso, mas eu queria que o senhor pudesse aprofundar para poder diferenciar o que pode ser de fato uma notícia verdadeira daquilo que poderia ser esse formato que o senhor citou.

E aí eu vou para as minhas outras cinco perguntas.

Em seu texto, o que são e como lidar com as notícias falsas? O senhor comenta que o conceito de fake news, como o senhor já disse, foi adotado nas eleições americanas de 2016 para designar os sites de notícias que difundiam nas mídias sociais informações falsas sobre Hillary Clinton, e cujo impacto se atribuiu à vitória de Donald Trump.

As eleições brasileiras de 2018, o senhor consegue avaliar as fake news difundidas e atribuir possíveis efeitos delas sobre as forças que estavam disputando as eleições? É possível dizer quais candidatos ou partidos políticos fizeram mais... foram mais beneficiados, quais foram mais prejudicados?

A próxima, professor. O Monitor do Debate Político Digital, projeto coordenado pelo senhor, analisou e/ou tem arquivado algum tipo de conteúdo relevante sobre o debate nas redes que podem ter influenciado a eleição paulista, governador, deputado, o senhor está me ouvindo? Professor? Está me ouvindo?

O SR. PABLO ORTELLADO - Estou ouvindo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Perfeito.

A próxima. Então, se o senhor entendeu o que se tem, a partir do Monitor do Debate, se o senhor tem algum conteúdo relevante.

A outra questão: no mesmo texto, que a gente fez referência lá, o primeiro, o senhor afirma que a produção de notícias falsas é o resultado de um processo mais geral de rebaixamento dos padrões editoriais para atender um ambiente político polarizado. Isto é,

as fake news emergem de uma mídia hiperpartidarizada para atender aos públicos que estão nessa intensa disputa política em lado opostos.

Pergunto: o senhor não acha que também pode ocorrer o inverso, isto é, a polarização ocorre e/ou é acirrada justamente por conta das emergências dessas notícias falsas?

Próxima pergunta: o uso da psicometria para influenciar a opinião pública aponta para a possibilidade de manipular as polarizações. Por exemplo, uma pessoa pode não estar em um polo de orientações políticas, ter apenas tendências a determinadas opiniões e ideologias, mas, ao ter seus dados comprados ou divulgados, começa a receber notícias falsas que a estimula a caminhar para um ponto extremo, como foi mostrado no escândalo da Cambridge Analytica. Nesse caso, não é a notícia falsa sendo criada para atender uma opinião, mas a notícia sendo criada para, no contexto eleitoral, por exemplo, induzir uma opinião do eleitorado que beneficiará um candidato em detrimento de outro, de acordo com o interesse daqueles que produziram.

Qual a sua análise sobre essa... esse contexto? Será que não temos novos atores dentro da disputa, atores clandestinos, como foi a própria Cambridge?

Por último: fake news não é uma atitude isolada, faz parte de um processo mais amplo. É uma estratégia planejada e calculada. Ao tempo que imputa a um candidato um fato socialmente rejeitado, o adversário eleitoral faz a defesa do inverso. E, portanto, se beneficia com isso.

O senhor concorda com essa formulação?

Muito obrigado, Sr. Presidente. Espero não ter usado os meus cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Foi no limite, foi no limite, deputado Paulo.

O SR. PABLO ORTELLADO - Só um minutinho, deputado. Eu perdi a última, estou tomando nota, que são muitas perguntas.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Desculpe, professor. Como eu tive que ser rápido...

O SR. PABLO ORTELLADO - Claro.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - A última pergunta é o seguinte: fake news não é uma atitude isolada, faz parte de um processo mais amplo. É uma estratégia planejada e calculada. Ao tempo que imputa a um candidato um fato socialmente rejeitado, o adversário eleitoral faz a defesa do inverso. E, portanto, se beneficia com isso.

O senhor concorda com essa formulação? Ou o senhor faria de outra maneira essa formulação?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Passo a palavra, então, ao Prof. Pablo.

O SR. PABLO ORTELLADO - Obrigado. São perguntas ótimas e muito difíceis, muito difíceis.

Sobre essas três formas, elas estão todas no caso brasileiro. Eu fiz essa exposição pensando no caso brasileiro. A primeira fórmula dos sites hiperpartidários está um pouco em, diria assim, em decadência, ela está desaparecendo, porque ela se apoiava muito na difusão no Facebook. E o Facebook andou combatendo isso. Ela existe ainda de uma maneira, mas ela está perdendo importância, perdendo bastante importância, embora, quando a gente olhe, como eu disse, ainda é maioria de tudo o que é compartilhado. É isso. A enorme maioria são sites noticiosos, metade grande imprensa, metade sites hiperpartidários. Os recursos nessa parte organizada. Eu acredito, bem, a gente não consegue, o nosso laboratório e os nossos pesquisadores, normalmente a gente está fazendo observação do tráfego de informações, do que está sendo consumido.

Então, eu não tenho acesso ao que acontece do lado de lá do balcão. Tem gente bancando? Eu quero crer que sim. E eu falo isso não porque eu observo, mas porque nós já colaboramos com muitas investigações.

Como a gente é provavelmente o centro mais antigo de pesquisa, a gente já fez muitas parcerias, desde órgãos de imprensa como Rede Globo, “Folha de S. Paulo”, “Estado de S. Paulo”, até com órgãos de investigação policial. Eu quero crer que tem, mas ela é muito menor do que se imagina. Muita gente acha que são estruturas milionárias. Na minha experiência, nós estamos falando de pouco dinheiro.

Mas pouco dinheiro faz muito estrago. Dinheiro que pode vir de fontes, de financiadores, dinheiro que pode vir das próprias plataformas que estão monetizando alguma dessas atividades. A gente não viu no caso brasileiro, mas no caso americano, por

exemplo, tinha operadores de notícias falsas que tinham um portfólio misto de sites dos dois espectros políticos.

O negócio dele era dinheiro, mas ele fazia para o campo republicano e para o campo democrata ao mesmo tempo, para ganhar dinheiro com a polarização política. Então, o que eu sei de uso de recursos é: tudo indica que existe, mas nós estamos falando de volumes pequenos, nós estamos falando aí de dinheiro da ordem de dezenas de milhares de reais mensais para a pessoa operar uma máquina dessas. Mais do que milhões para dar uma ordem de grandeza. É o que eu estimaria, mas eu não sei. A parte que eu tenho mais convicção é esse monitoramento do tráfego.

Sobre essa coisa da exemplificação do discurso, de eu ter uma tese, ter esses vídeos de testemunho, onde eu vou nos hospitais, eu abro os caixões, não é, o que é verdadeiro e o que é falso? Na verdade, você tem que fazer verificação, e isso tem a ver com o problema das notícias falsas. Como é que eu sei quanto de notícias falsas? Para eu saber o quanto eu sei eu tenho que fazer uma apuração em paralelo.

E é por isso que nós não temos nenhum grupo de pesquisa, a gente não sabe o tamanho do problema. Para se ter uma ideia, por exemplo, a gente coleta no nosso laboratório por volta de 3.000 a 3.500 notícias políticas por dia. Não estou falando de entretenimento, não estou falando de Saúde, de Esporte: só notícia política.

O Brasil produz por volta disso, uns 3.000 links de notícias por dia. Isso é inverificável. Se a gente somar todas as agências de verificação que existem no País que estão (Inaudível.), a gente não faz cem verificações por semana, e a gente tem três mil. Então, eu não sei o tamanho do problema. Não tenho como saber o tamanho do problema. E, por esse motivo, eu não sei também dizer se ele está mais concentrado na esquerda ou na direita. Eu tenho alguns palpites, que eu evito dar em público, porque eu realmente não tenho base para afirmar uma coisa dessas.

A outra pergunta é sobre o uso de fake news nas eleições brasileiras. O nível do que a gente capturou foi muito ruim, teve muitas distorções e inverdades nas eleições brasileiras. Muito, sobretudo no WhatsApp. Mas o WhatsApp tem esse problema de, eu estou sentado em evidências que a gente coletou, isso, a gente fez uma matéria, foi capa do “The New York Times”, e não se faz nada com isso.

A gente não consegue, são evidências que não levam a lugar nenhum. A gente sabe que (Inaudível.), a gente sabe que chegou muita gente, mas com base, você pega aquela peça de propaganda e você não sabe de onde veio, e portanto não leva a lugar nenhum.

Sobre as eleições paulistas em particular, nós não monitoramos. O nosso grupo de pesquisa em particular se centrou nas eleições federais. A gente não tem.

Talvez a gente tenha alguma coisa residual que terminou chegando das eleições estaduais para governador, para deputados estaduais. Teria que olhar com cuidado para ver se a gente terminou capturando residualmente alguma coisa, mas sem, tipo, seriam coisas residuais, teria que ver se outros colegas pesquisadores têm isso.

SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Professor, não, só para registrar, se o senhor tiver, se puder encaminhar para a CPI seria muito útil, mesmo que residuais. Obrigado.

O SR. PABLO ORTELLADO - Eu vou fazer um levantamento para ver se eu encontro alguma coisa. A gente tem tudo isso arquivado. Eu vou verificar se tem alguma coisa relevante. Ou, mesmo que eu não considere relevante, eu encaminho para a CPI. Sobre causas e consequências, isso é uma longa discussão.

A sociedade está polarizada, e essa máquina de propaganda está atendendo a uma sociedade que é polarizada ou essa máquina de propaganda está polarizando a sociedade? Não houve a discussão, não tenho uma boa resposta para isso. Mas esses fenômenos também estão interligados, eu não tenho a menor sombra de dúvidas de que eles estão interligados.

Por isso que eu acho que a solução para o problema das notícias falsas é a gente reduzir a temperatura política. Porque não é reduzir a divergência política. Creio que a divergência faz parte da política. Mas a intolerância política e a virulência do jogo político estão ligados à difusão de notícias falsas, e é disso que agente precisa sair. Por isso eu acho que legislação, investigação, tudo isso ajuda a matizar, a mitigar o problema.

Mas para a gente resolver o problema a gente vai precisar ter uma saída política, das forças políticas da sociedade, que não envolvem só os políticos, envolve a sociedade, e a sociedade está conflagrada. Essa é a minha opinião. E tem uma outra coisa, a gente tem atores clandestinos. Tem a ver com a pergunta sobre dinheiro.

Eu creio que sim, a gente tem duas coisas que eu acho que eu prestaria muita atenção. Uma é manipulação do algoritmo no Twitter. O Twitter tem um problema crônico de robôs, de contas falsas. Eles negam, ninguém está persuadido. E o problema de identificar e mensurar robôs é muito difícil no Twitter. Por quê? Porque o comportamento de um robô e o comportamento de um militante é indiscernível do ponto de vista de observação.

Por isso, nem o Twitter sabe direito. Você vê uma conta que fica compartilhando, compartilhando, determinado tema, sobre uma determinada perspectiva política, e você acha que é um robô, que é um processo automatizado, e você vai descobrir que é um militante. Então, é muito difícil estimar, mas ninguém tem dúvida de que tem muitos robôs, muitos softwares que estão fazendo, estão imitando, um militante. A gente não sabe o tamanho do problema, mas ele existe.

Ninguém tem dúvida de que ele é relevante, e o Twitter tem muita dificuldade em combater esse tipo de problema. E no WhatsApp a gente tem, não é robô, são essas estruturas clandestinas, que ou estão fazendo esses conteúdos sujos, ou elas estão coordenando a distribuição. Eu não sei se elas estão fazendo, produzindo as peças, apenas produzindo ou elas estão coletando de diversas fontes e coordenando a distribuição. Mas eu acho que esses são os atores clandestinos para os quais eu prestaria bastante atenção, que é onde o jogo sujo está concentrado.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Só para eu não voltar mais, só para eu não voltar mais. Se o professor pode disponibilizar, além dessas informações, mesmo que residuais, se tem alguma pesquisa que foi feita pelo monitoramento de vocês sobre views e recebimento de recursos entre sites. Se puder, encaminhar para a gente também, se possível. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PABLO ORTELLADO - Está bom.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Agradeço ao deputado Paulo, e também ao (Inaudível.) pela gentileza aí nas respostas.

Dando sequência à nossa lista de inscrições, eu quero passar a palavra então à deputada Janaina Paschoal para que possa fazer a sua intervenção. Com a palavra, deputada.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento o professor Pablo, agradecendo pelos ensinamentos.

Professor, quanto mais eu leio e ouço sobre esse tema, eu percebo que os estudiosos estabelecem uma diferença, assim, muito clara entre o jornalismo profissional tradicional e esse material, que tem incomodado muita gente, seja em blogs, em sites, em memes, em

mensagens, e me parece que se toma como um pressuposto que o jornalismo tradicional faz uma rígida checagem do que ele publica.

A minha experiência mostra que o jornalismo profissional - falo isso com muito respeito, e nunca fui defensora de regulamentação nem de censura, jamais - nem sempre checa tanto, e a experiência política de décadas do nosso país mostra que em vários estados famílias com muita força política controlam os meios de comunicação, TVs, rádios, jornais. Não raras vezes, a mesma família tem todos esses tipos de veículos.

Então, com todo o respeito, eu fico pouco até chocada quando eu ouço essa tranquilidade com que se opõem os veículos tradicionais e essas novas formas. Então, eu pergunto para o senhor. Será que nós não estamos enfrentando uma guerra entre o jornalismo profissional, esses grandes veículos de comunicação, e esses novos veículos, que, claro, podem ser melhorados, podem ser debatidos? Aprimoramento ético sempre deve ser feito, nos dois lados, em todos os lados, mas não estaria aí também uma guerra de espaço?

Então, esse é o primeiro ponto que eu levanto. Uma outra questão. Hoje, inclusive, teve uma matéria interessante, falando sobre o dinheiro de publicidade do Banco do Brasil. O Banco do Brasil foi proibido de publicar em determinados sites, que entenderam que propagariam notícias falsas, e o Banco do Brasil está reclamando, porque ele, de alguma maneira, pelo que eu entendi, conseguia abrir mais contas, ou alcançar mais clientes, com o formato de publicidade que ele fazia antes.

Então, eu nem estou nem entrando no mérito de publicar em sites bons ou sites ruins, mas será que essa imprensa tradicional não está incomodada em perder esse dinheiro, esse dinheiro das empresas públicas, esse dinheiro dos políticos?

Para que o senhor saiba como eu penso, eu tenho um PL aqui na Assembleia proibindo dinheiro público em publicidade. Proibindo, porque a entendo que nós vivenciamos uma concorrência desleal nas eleições contínua, porque o cidadão que está no governo do estado, na Prefeitura, na Presidência da República, com todo esse dinheiro para irrigar meios de comunicação, tradicionais ou não, ele faz uma publicidade de si próprio por quatro anos.

Então, assim, eu acho que tem que proibir, por essas e outras razões, mas o senhor não consegue enxergar nessas suas pesquisas uma guerra por essa verba publicitária? Esse é o segundo ponto, aí a verba pública.

Outra coisa. Quando uma mensagem vem, ainda que por WhatsApp, por um veículo convencional de jornalismo, é raro um tio, como o senhor bem mencionou, perguntar se

é fake news. Por outro lado - perdão, caiu meu telefone -, quando o link vem de uma montagem de WhatsApp ou de um site menos conhecido, esse tal tio geralmente pergunta: “é fake?”.

Por que eu estou dizendo isso? Será que a própria população já não faz uma filtragem desse material? Até que ponto esse debate, não digo o debate de ética, o debate ético é sempre necessário, em todas as atividades, mas esse debate que, em certa medida, vai restringir essa comunicação, não finda sendo ditatorial em si.

Por exemplo, na China, na Venezuela, na Rússia, em quaisquer estados em que a gente pode falar que há aí ou uma ditadura ou uma democracia questionável, existe uma limitação na comunicação pela internet, existe uma tendência a querer controlar ou cercear os meios de comunicação.

Então, eu tenho medo desse debate. O senhor entendeu? Vou dar alguns exemplos. Havia vários boatos, lá atrás, dez, vinte anos atrás, de envolvimento de grandes nomes do PSDB com escândalos de corrupção. Esses tais boatos foram tratados como fake news, com outra designação, mas como fake news, por anos a fio, e algumas denúncias que começam a eclodir mostram que os tais boatos de dez, vinte anos atrás, as tais fake news, podem ser verdade.

Então, será que a gente ganha, em termos de democracia, de acesso à informação, de combate à corrupção, com esse trabalho de cerceamento na comunicação? Até que ponto deixar fluir a informação, e que essa rede, que ela se autorregule, até que ponto isso não é um ganho maior em termos de democracia, sobretudo na área política?

Eu quero deixar bem claro, porque eu não estou falando de material com pornografia infantil, eu não estou falando de vídeos que ensinam a cometer crimes das mais diversas ordens.

Nesse sentido, nesse segundo sentido, eu queria ouvir o senhor para saber se o grupo que o senhor propõe, se faz algum trabalho com relação à “deep web”, porque os temas que mais me preocupam, as questões que mais afligem são as questões relacionadas ao uso da “deep web”, e eu tenho percebido que os analistas estão muito concentrados - não estou diminuindo a importância disso, de maneira nenhuma - no que é regular, e os crimes mesmo, aqueles crimes que tradicionalmente a gente pode chamar de crimes, estão na “deep web”. Então queria saber se existe algum trabalho desse seu grupo nessa seara.

Vou fechar aqui. Poderia ficar horas conversando com o senhor. Adorei a sua abordagem. Mas o que me intrigou muito, em um passado bem recente, foi um fato de o

Face e o Whatsapp - que é um outro ponto, é uma concentração de poder, é o mesmo dono, ter derrubado...

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Para concluir.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Eu vou fechar, presidente. Trinta segundos. Ter derrubado páginas de política, tanto à direita como a esquerda. Em alguns momentos, professor - eu sou advogada, não estou exercendo, mas sou -, nós solicitamos retirada de conteúdo que instiga crianças a se colocarem em risco, a praticarem atos que podem levar até à morte, e nem sempre nós temos uma atenção, nem sempre é tão rápido tirar conteúdo do face, das plataformas em geral.

Por que na política eles são tão rápidos, eles são tão proativos? Não pode haver aí uma censura? Não pode haver uma opção? O senhor entende? Então, assim, eu queria ouvi-lo sobre esses pontos.

Pedindo desculpas aí por ter estourado o tempo.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Passar a palavra então ao professor Pablo, por dez minutos.

O SR. PABLO ORTELLADO - Obrigado, deputada, pelas perguntas. São perguntas difíceis. Então, deputada, eu acho que tem diferença. Não quero, de maneira nenhuma, fazer vista grossa aos grandes problemas do jornalismo brasileiro. A editorialização, a separação entre reportagem e opinião, a parte editorial e a parte de reportagem, que é um princípio básico do jornalismo. Tem determinados assuntos que são fortemente editorializados. Como a senhora chamou a atenção, no interior, o problema é pior, porque tem menos escrutínio público, tem menos verba, tem menos concorrência.

Apesar disso, falando assim de uma maneira muito geral, existe grande diferença entre esses sites hiperpartidários e não diz respeito aos grandes grupos econômicos. Existem sites que inclusive estão fazendo jornalismo engajado, que estão fazendo apuração jornalística. Eu posso dar um exemplo à esquerda, “Intercept”, e um à direita, “O Antagonista”.

Eles estão fazendo investigação e têm, digamos assim, uma postura editorial mais forte, mais marcada. Eu acho que a grande separação desse fenômeno se dá ao fato de que o jornalismo de uma determinada maneira, que se convencionou chamar de

jornalismo profissional, está veiculando notícias que passaram por um procedimento de apuração jornalística. Melhor ou pior, mas passou.

Eu creio que a maior parte desses grandes veículos sempre passou por algum processo de verificação e esses sites interpartidários, inclusive os que têm grande acesso, tanto os de esquerda, quanto de direita, não fazem esse procedimento. Não é que eles não fazem de maneira vigorosa; não fazem esse procedimento. Eles pegam o fato e estão comentando o fato, só que eles não apresentam esse comentário na forma de um artigo de opinião, o que seria completamente sem problemas.

Eles estão apresentando de uma forma noticiosa, simulando que fizeram um procedimento jornalístico e, a partir daí, gera os problemas que a gente tem falado. Seguramente, a emergência desse ecossistema hiperpartidário - esquerda e direita - gerou disputa comercial, não tenho dúvida. Mas apesar disso, eu chamo a atenção que existe um problema de informação, porque a gente precisa se informar a partir de procedimentos de investigação jornalística.

Eu preciso separar o fato da opinião e o fato do nosso sistema ter problemas - os grandes jornais têm. (Inaudível.) insistir que os nossos jornais têm problemas não significa que a gente deva abandonar isso por um sistema onde só tem opinião, apresentado como se fosse fato.

A gente precisa resgatar e tornar esses critérios em todo o sistema, seja no sistema mais partidário, seja nesse sistema mais “mainstream”, digamos, mais rigoroso. Tudo que tem apresentado na noticiosa tem que dizer: “Isso aqui é uma notícia. Eu liguei para a fonte, o Fulano falou”.

E tem que ter no próprio texto evidências desse processo de apuração jornalística para a gente ter uma base factual comum, senão a política fica desconectada do factual e ela fica uma disputa de narrativas, como se diz ultimamente, que são discursos desconectados de uma base factual comum.

Porque não tem nenhum problema no jogo político a gente divergir da interpretação dos fatos, mas se torna um problema quando a gente discorda sobre a existência ou não de fatos, quando a gente trata a especulação como se fosse um fato estabelecido.

Eu acho que é essa a natureza do problema sobre as informações na sociedade contemporânea. Rapidamente, sobre crimes na “deep web”, a gente não trabalha. A gente fez colaborações pontuais, mas não é o nosso foco. O nosso foco é monitoramento de notícia e comunicação política nas mídias sociais. E o Facebook tira conteúdo tão rápido porque ele está sob enorme pressão política da esquerda e da direita, enorme pressão.

O Facebook está com uma responsabilidade que ele não quer. Na verdade, eu nunca vi um setor econômico pedindo regulação como o Facebook está pedindo regulação, porque ele quer tirar de si a atribuição porque a direita acha que está atirando mais na direita; a esquerda acha que está atirando mais na esquerda.

Porque todo mundo quando aperta o calo dói o seu e ela está sob enorme pressão política. Então no governo americano... Mais sensível nos Estados Unidos, porque a sede da empresa é em São Francisco. Então o Donald Trump fica dizendo que a direita está sendo prejudicada e a esquerda que organizou essa campanha de boicote das grandes marcas está dizendo que então...

Ela está sob enorme pressão. É por isso que o conteúdo político tem um tratamento diferenciado. Essa é a minha avaliação do problema.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Obrigada, professor.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Agradeço também ao professor Pablo pelas respostas. Está inscrito também o deputado Sargento Neri, que é o nosso relator aqui da CPI. Vossa Excelência está com a palavra, deputado Neri.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Obrigado, presidente. Doutor, parabéns pela palestra. Obrigado por ter aceito o convite da deputada Monica e muito nos ajudou com os esclarecimentos.

Eu vejo essa guerra virtual como um problema muito sério e trato a CPI como um instrumento de apontar às vezes irregularidades, mas principalmente como uma ferramenta de esclarecimentos para que possamos chegar no denominador comum e verificar realmente o que podemos ajudar a sociedade para combater e, ao mesmo tempo, não tirar a liberdade de expressão, que é muito importante e um bem que jamais poderíamos perder.

Eu vejo que não há uma ideologia política ou um partido que tenha uma chancela de criador de fake news. Eu vejo que isso está muito misturado, essa ideia. O seu estudo chegou a um ponto de constatar que as fake estão em todos os âmbito, até mesmo na parte jornalística, que tem intenção comercial e às vezes de derrubar ou manter governos? Aquele governo que realmente acaba, como a Dra. Janaina colocou, usando a parte comercial de informação de certas emissoras e aquele governo que usa menos.

Então aquele que usa mais tem um certo carinho por essas emissoras e aqueles que comercializam menos têm um certo repúdio por estas mesmas emissoras. Eu queria só ver com o senhor o seguinte: os estudos que foram feitos também atingem essas grandes emissoras, a parte jornalística? Porque o pequeno jornalista, que são os regionais, muitas vezes tratam com seriedade e de forma imparcial, acabam ouvindo os dois lados da moeda. Já as grandes emissoras não.

Elas rotulam e não dão espaço para que a outra parte se manifeste. Isso nos causa um temor muito grande, porque a ferramenta de uma mídia que realmente tem potencial de atingir todo o país, mesmo o estado, pode sim influenciar na opinião pública, até mesmo de uma campanha eleitoral.

E nós (Inaudível.) muito com os atores políticos e das pessoas. Eu gostaria de saber se esse estudo também apontou a parte comercial de notícias, como essas grandes emissoras. Obrigado, doutor, e parabéns pela palestra.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Passo a palavra então ao professor Pablo.

O SR. PABLO ORTELLADO - Obrigado, deputado. Eu acho que são problemas um pouco diferentes, como eu comentava com a deputada Janaina.

A gente tem um problema no jornalismo. O jornalismo, entendido os grandes jornais, as revistas e os portais ligados aos grandes grupos econômicos, diz respeito muitas vezes à editorialização, não separação da parte de opinião, que é a parte opinativa de um jornal, que existe e ela é lícita. Ela precisa existir ali porque ali é onde acontece o debate público nos jornais, com a parte de apuração factual, que é a parte da reportagem.

A gente tem coberturas editorializadas, a gente tem problemas, varia de acordo com o jornal. O jornalismo brasileiro não é isento desse tipo de problema, mas esse problema é diferente da editorialização das notícias do que é, digamos assim, da construção de modelo, embora existam modelos que não buscam a isenção, não buscam o equilíbrio, né? Eu dei exemplos de sites de esquerda e de direita que fazem jornalismo, fazem apuração e que têm posições políticas. E é um modelo jornalístico lícito também.

O problema que a gente está tendo de desinformação é outro. É quem não está fazendo apuração e está com uma, digamos assim, uma aparência. Sugere, tem um simulacro. Quando eu vejo, ele tem uma forma (Inaudível.) Tem forma noticiosa, tem abre, tem lide, tem aspas. Tudo me indica que aquilo passou por um processo de

averiguação e verificação jornalística. Só que não passou. Então, estou me passando, estou dando a impressão ao leitor de que aquela informação é confiável, porque ela foi verificada, quando ela não foi. Esse é um problema.

E aí a gente tem as outras formas de problema, que são esses boatos. Aí eles não estão se passando por jornalismo, é um testemunho de alguém totalmente apócrifo. É curiosa a forma “boato”, é alguém dizendo que viu alguém fazendo alguma coisa, só que não é assinado, você não sabe de onde veio. Mas tem aquela força do testemunho. Ou esses vídeos que exemplificam discurso de alguém entrando, fazendo, essas coisas que são altamente persuasivas e tudo indica que são articulados para passar a sensação de que, como você está vendo várias vezes a mesma coisa, ela efetivamente está acontecendo. E são vídeos, muitas vezes, manipulados.

Então, acho que são dois problemas separados. Um problema é a gente aperfeiçoar o nosso modelo jornalístico. Ele tem problemas, ele precisa melhorar. É uma discussão que sempre levo aos veículos, quando a gente vai falar de fake news. Os veículos têm o dever de melhorar, eles estão sendo alvos de críticas por serem excessivamente parciais. Os dois lados do espectro os criticam, esquerda e direita os criticam. Eles precisam incorporar essas críticas e melhorar os seus procedimentos de separação de reportagem e opinião.

Mas esse é um problema que corre em paralelo a outro problema, que é o da desinformação se passando por jornalismo ou da desinformação na forma do boato ou na forma desses testemunhos que estão causando um impacto tremendo na formação da opinião pública brasileira. (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Agradecer também ao deputado Neri e ao professor Pablo.

Eu me inscrevi, professor, bem rapidamente aqui. Quero, de antemão, te agradecer pela gentileza de estar conosco, mas, pelo que a gente acompanhou, o senhor também ajudou na redação do projeto de lei das fake news que passou pelo Senado. E hoje mesmo, no “Estadão”, não sei se o senhor pôde acompanhar, tem uma divergência da própria OAB em relação ao projeto, com dois especialistas divergindo com relação a ele e a principal divergência é em relação ao conselho de transparência, que institui o projeto.

Eu gostaria de entender, se o senhor pudesse explicar, o que significa esse conselho de transparência e se o senhor tem alguma, talvez, melhoria a fazer no projeto, depois de

ter ouvido alguma opinião diferente, de outras pessoas que não participaram da elaboração. É sobre isso e, mais uma vez, agradecer pela participação.

O SR. PABLO ORTELLADO - Obrigado pela pergunta e obrigado pelo convite.

Estou acompanhando bastante de perto a elaboração do PL. Eu li a matéria no “Estadão”, mas (Inaudível.) de natureza jurídica, não é muito a minha praia. Eu acho que eu falaria mais do mérito da proposta.

Esse modelo de conselho é inspirado no modelo alemão. Ele foi introduzido bem no finalzinho da tramitação no Senado. Ele não estava nas diversas versões que o senador Alessandro Vieira fez. E mesmo nas versões, nas primeiras versões, que o relator, que foi o senador (Inaudível), coronel, fez. Ela foi introduzida lá no fim. (Inaudível.)

É um modelo de correção no qual eu tenho um conselho que, no caso, é formado pela sociedade civil, que é academia e ONGs, basicamente, estado - e aí entra Ministério Público, Senado Federal, Congresso... Tem representantes do estado, da sociedade civil e das empresas também, empresas de comunicação, as teles e as próprias plataformas. Você faria um conselho que seria um conselho de correção. As plataformas fariam instituições que conversariam com esse conselho.

Da maneira como ficou na versão atual, que foi aprovada no Senado, as competências desse conselho são muito pequenas, no meu entendimento. Ele basicamente avalia os relatórios de transparência, que são os relatórios que as empresas fariam sobre as medidas que elas estão tomando, e proporia um código de conduta, que me parece obrigatório. Seria, digamos assim... Seria uma espécie de orientação.

Então, não são competências pesadas, é uma correção muito leve. Mas pode ser que tanto a composição quanto essas competências sejam mudadas. Inclusive acho que serão mudadas, porque existe muita pressão, seja para minimizar ainda mais as competências desse conselho, mas tem gente querendo que esse conselho tenha mais poderes. Não sei qual vai ser o resultado, porque o Congresso está muito confuso neste tempo de pandemia. Não dá para saber como as forças políticas estão se movimentando, mas eu acredito que vai ser mudado, tanto nas competências quanto na (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Ok. Agradeço também pela resposta. Acho que, nesse sentido, a gente acabou aqui a lista de inscrições, portanto...

O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Com a palavra, deputado Arthur.

O SR. ARTHUR DO VAL - PATRIOTA - Só uma coisa super-rápida. Na verdade, já tive a oportunidade de conversar com o Pablo algumas vezes e sei que não tem a ver com o assunto específico desse requerimento, desse convite, ou até desta CPI, mas eu aconselho a todos os deputados - e se o Pablo puder abrir também para o pessoal -, os estudos que ele sempre mostra para o pessoal. É muito interessante o mapeamento que ele faz de redes.

É um negócio bem completo mostrando as bolhas de influência, às vezes de Twitter, às vezes de Facebook, de redes sociais. É um negócio, é um gráfico colorido em que você bate o olho e é bem bacana para você ver as bolhas de influência.

Não necessariamente está ligado ao tema da CPI, como eu falei, fake news em si, mas é um trabalho muito bacana que o Pablo tem. Eu acho legal, se ele puder compartilhar com todos nós. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Vou reiterar então o pedido ao professor Pablo, se ele puder. Assim como já foram pedidos outros assuntos aqui. O deputado Paulo Fiorilo falou de alguns estudos, o que puder encaminhar a esta CPI... A gente formalizou algumas coisas, mas como o senhor está aqui conosco hoje, a gente está fazendo isso também pessoalmente, mesmo que virtualmente, com a sua presença. Se puder encaminhar a esta CPI, a gente agradece os estudos e toda a capacidade do grupo que você coordena. Tem ajudado.

O SR. PABLO ORTELLADO - Claro, queria agradecer de novo o convite. Vou fazer um compilado das coisas mais importantes e relevantes que julgo que possam ajudar os trabalhos da comissão. Encaminho na próxima semana, nos próximos dias.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Antes de concluir, a deputada Monica me pediu para fazer a última intervenção. Estamos já passando do ponto aqui, deputada Monica, mas vamos abrir uma exceção, como é um convidado que foi V. Exa. que fez o requerimento, mas vou pedir para que seja bem breve, para a gente poder dar sequência à nossa CPI. Vossa Excelência tem a palavra. (Pausa.) O som, deputada Monica. O som não está bom.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Está funcionando?

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Agora melhorou.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Problemas do fone aqui. Eu vou pedir uma breve licença para inverter um pouco o papel e me colocar na contribuição como jornalista que sou. Não sei se todos os colegas sabem, mas essa era a minha profissão, era como eu atuava antes de chegar à Assembleia Legislativa.

É verdade que a mídia tradicional pratica, em dada maneira, influência ou desinformação. Por exemplo: a gente viu, no início do ano, notícias de que o secretário de Comunicação da Presidência poderia estar recebendo auxílio financeiro, ajuda financeira de certas emissoras de TV. E estas emissoras de TV se comprometeriam, por exemplo, com a boa imagem do governo. A gente viu, por exemplo, o caso da grávida de Taubaté. A gente via, por exemplo, na época do Gugu, as entrevistas com o PCC, várias notícias mentirosas.

Mas acontece que o jornalismo, por ser mais antigo, tem uma série de regras que pautam o comportamento do jornalista, sob pena de perder a licença, inclusive o MTB, que é a nossa carteirinha de profissão. Então você tem que dar espaço para o divergente, tem direito de resposta. Se você se sente incomodado, tem a assinatura do jornalista e você pode facilmente processá-lo por uma calúnia, por uma difamação, por uma inverdade. Ou até pedir direito de resposta porque você foi citado, simplesmente.

A gente está falando desse submundo da boataria, da notícia falsa, que a gente não tem o autor. A gente não consegue chegar à pessoa que está espalhando. A gente não tem condições de processá-lo, de pedir direito de resposta. Talvez você não tenha, inclusive, a mesma máquina para divulgar uma segunda versão, uma segunda opinião a respeito daquilo que foi tido como verdade para as pessoas.

Aí vou terminar devolvendo a última pergunta para o Pablo. A gente não está partindo do zero. A gente tem um inquérito no STF. A gente tem a CPMI no Congresso. A gente tem diversos pesquisadores, como o senhor, sobre o tema. E tudo indica a formação de grupos organizados na distribuição de ataques pessoais ou na construção de reputações, através de criar um problema para o qual aquela pessoa tenha a solução.

Estou na sub-relatoria de financiamento. Porque, embora o senhor tenha dito que não sejam montantes, 10 mil, 20 mil, 30 mil reais é muito mais do que um cidadão comum teria para divulgar o seu meme, a sua ideia, etc. e tal.

Eu queria saber do senhor se o senhor concorda com esse encaminhamento: de que a gente precisa se atentar à formação de grupos organizados para a distribuição de fake news. E se o senhor concorda que existe a possibilidade - que é o meu ponto de vista, que estou colocando para os colegas sistematicamente - de que existe um caixa dois que não passa pelo crivo da Justiça Eleitoral, desse financiamento da desinformação, ou da formação de opinião enviesada.

O SR. PABLO ORTELLADO - Vou responder rapidamente e inequivocamente. Acredito que existam esquemas organizados de distribuição de conteúdo. Eu acredito que tenha dinheiro envolvido, que potencializa isso. Não sei dizer de onde vem. Não sei dizer se vem de caixa dois. Porque tenho indícios de orquestração na distribuição desses conteúdos. Sequer sei, porque não consigo investigar, falar com as pessoas. Não é o meu papel.

O meu papel é observar o consumo e a distribuição dessas notícias. Por exemplo, indícios de que essa distribuição é organizada. Eu imagino, observando, acompanhando, sobretudo, investigações policiais, e acompanhando as investigações jornalísticas, que existe dinheiro envolvido. É bem menos do que a gente acredita, mas faz a diferença. Porque, na verdade, muitas dessas organizações estão no interior.

Então não estamos falando de coisas que saíram na imprensa. Estamos falando de uma salinha, no interior, com três pessoas, movida a 20 mil reais por mês, que vem da monetização das plataformas. Isso é uma máquina que compete, literalmente, com o jornal “O Estado de São Paulo”. Literalmente. Quando a gente olha, ela tem um desempenho parecido, bem próximo do “O Estado de São Paulo”. (Inaudível.) Tem um prédio ali no Centro de São Paulo, cheio de jornalista. Então 20 mil reais faz estrago.

Não sei se é 20 mil ou 30 mil. Mas é dessa natureza, que é aparentemente pouco, mas faz muito estrago. Então eu queria, inequivocamente, dizer que a gente tem indícios de orquestração e de que dinheiro envolve. De onde vem, eu não sei dizer, infelizmente. Acho que a gente precisa de mais investigações como essa, que os senhores estão fazendo aqui na Assembleia, para a gente ter mais clareza sobre o que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Agradeço ao professor Pablo. A deputada Janaina pediu para se inscrever. A gente abriu exceção para a deputada Monica por ter sido a autora. Se for um pergunta para que seja respondida de imediato, vou autorizar também a deputada Janaina para que não parecer que só está liberada a deputada Monica. É rápida a pergunta, deputada Janaina?

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Muito rápida.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Por gentileza.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - O professor mencionou que há um conjunto de três mil notícias políticas no Brasil. Foi o que eu entendi.

Ele entendeu que esse número é elevado demais. Existe algum comparativo com outros países, professor? Por exemplo, o senhor sabe dizer qual é o número em algum país da América Latina, nos Estados Unidos, na Europa, para a gente ter ideia do que isso representa?

O SR. PABLO ORTELLADO - Então, isso não é ruim. Isso é bom, que a gente tenha muita produção de notícias. Estou dizendo que a gente captura, todo dia, três mil notícias. Isso impede a gente de separar o joio do trigo. Porque é um volume tão grande que não consigo dizer quanto disso é falso. Quanto disso é ilícito? Não faço a menor ideia, porque é um conjunto muito grande.

Mas eu acho que ele é proporcional ao tamanho do País. Como o Brasil é um país muito grande, 200 milhões, nos Estados Unidos isso está na casa de cinco a seis mil. Mas com uma população 50% maior do que a nossa. Então acho que é proporcional. Não sei de cabeça. A gente já fez a investigação na Argentina, mas não sei de cabeça. Mas eu acho que é mais ou menos proporcional ao tamanho do País.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Agradeço à deputada Janaina também, pela compreensão. Em especial, aqui nesse momento, quero manifestar os nossos agradecimentos ao professor Pablo Ortellado, que contribuiu com essa CPI, no

requerimento de autoria da deputada Monica. Estamos no início da CPI, numa fase conceitual.

Acredito que tenha sido de grande valia o professor Pablo que, só para reforçar, é graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo, doutorado em Filosofia também pela Universidade de São Paulo, professor doutor do curso de Gestão Pública, orientador no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade de São Paulo. E é coordenador do Grupo de Pesquisas em Políticas Públicas para o Acesso à Informação.

Professor Pablo, agradeço a sua contribuição. A gente aguarda ansiosamente esses estudos que o senhor vai poder encaminhar para a gente. Passo a palavra para que o senhor possa se despedir dos colegas.

O SR. PABLO ORTELLADO - Muito obrigado. Desejo boa sorte à Comissão. E um bom almoço. Já está na hora do almoço de todo mundo.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Obrigado, professor. Dessa maneira, agradeço a presença de todos os colegas. Vou encerrar esta reunião. Na sequência já abro para a gente poder ouvir o professor doutor Wilson Gomes.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Com a palavra, o deputado Neri.

O SR. SARGENTO NERI - AVANTE - Cinco minutos, pelo menos, presidente, para a gente poder tomar uma água.

O SR. PRESIDENTE - CAIO FRANÇA - PSB - Ok, ok. Cinco minutos. Está encerrada essa sessão. Convoco V. Exas. na sequência.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *